

GUERRILHA RURAL E CULTURA POLÍTICA NO INTERIOR DE SÃO PAULO¹

*Gabriel da Silva Teixeira*²
*Luciana Carvalho e Souza*³
*Yamila Goldfarb*⁴
*Danilo Valentin*⁵
*Rafael Aroni*⁶

Resumo: Grande parte da esquerda armada contra a ditadura enxergava nas populações rurais um importante componente que impulsionaria a transformação da sociedade brasileira. Contudo, esse processo de “ida ao campo”, com “guerrilheiros” de um lado e “camponeses” do outro, foi marcado por inúmeras polêmicas, tanto dentro dos próprios agrupamentos de esquerda, como destes em relação aos “camponeses”. Ao analisar alguns casos paulistas de ação da esquerda armada, discutimos a forma como os diferentes sujeitos envolvidos vivenciaram essas experiências, em especial as populações rurais que, diante do novo contexto político, davam sinais de que encaminhavam suas lutas por canais distintos daqueles reivindicados pelos grupos armados. Apresentamos alguns desdobramentos dessa aproximação entre a “esquerda” e os “camponeses”, discutindo as formas com que cada um destes setores sociais se portou diante dos inúmeros conflitos que emergiam após o advento do golpe de 1964. Num primeiro momento, discutimos o ideário da esquerda partidária que no pós-golpe optou por táticas de enfrentamento armado. Nas

1 O artigo é resultado de pesquisas realizadas pelos autores enquanto pesquisadores da Comissão da Verdade Rubens Paiva – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

2 Doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP), conselheiro da ABRA pelo estado de São Paulo e pesquisador do Observatório de Conflitos Rurais em São Paulo.

3 Doutoranda em Geografia Humana (USP) e professora.

4 Doutora em Geografia Humana.

5 Mestre em Ciências (Mudança Social e Participação Política – USP), conselheiro da ABRA pelo estado de São Paulo e pesquisador da Rede Data Luta.

6 Doutorando em Ciências Políticas e professor.

sessões seguintes, apresentamos os resultados das pesquisas sobre dois casos de guerrilha rural no interior de São Paulo: um na região de Ribeirão Preto, e outro no extremo oeste do estado, no município de Presidente Epitácio.

Palavras-Chave: Ditadura Militar; São Paulo; ALN; FALN; Cultura Política.

Abstract: Part of the armed left against the dictatorship saw in rural populations an important component that would boost the transformation of Brazilian society. However, this process of “going to the field” with “guerrilla” on one side and “peasants” on the other, was marked by numerous controversies, both within their own left groups, such as those in relation to the “peasants”. By analyzing some cases of action of the armed left, we discussed how the different groups involved have lived these experiences, particularly rural populations, facing the new political context, gave signs that drove their struggles for different channels from those claimed by left armed groups. We show some consequences of this approach between the “left” and the “peasants”, discussing the ways in which each of these social sectors behaved in front of the numerous conflicts that emerged after the advent of the 1964 coup. At first, we discuss the imagery of party left that post-coup chose tactics of armed confrontation. In the following sections, we present the results of research on two cases of rural guerrillas in São Paulo: one in Ribeirão Preto, and one at the west end of the state, the municipality of Presidente Epitácio.

KeyWords: Military dictatorship, São Paulo, ALN, FALN and peasant political culture.

(...) vários grupos tentaram implantar-se no campo, sem sucesso, pois na verdade, a dinâmica e a lógica dos movimentos no campo a gente não conhecia, não entendia e não era possível isso, era uma ficção da nossa cabeça, você não implanta uma coisa de fora para dentro. (Relato de um militante da esquerda armada dos anos 1960, apud RIDENTI, 2010, p.224-225).

Muito embora diversos trabalhadores rurais tenham participado de experiências concretas de luta armada, contrariando o senso comum que restringe tais episódios quase exclusivamente aos segmentos urbanos da classe média, parece ter havido uma apropriação distinta das ações de resistência, no caso paulista, entre as lideranças dos grupos de esquerda e os lavradores e trabalhadores rurais da base.

Ao levarem para o campo a ideia de que dias melhores estariam

condicionados à derrubada do governo, as organizações de esquerda, no caso paulista, se depararam com lavradores e trabalhadores rurais já bastante conscientes das injustiças que os cercavam – muito em função da própria atuação da esquerda no período pré-64 - e, eventualmente, já organizados no sentido de solucionar seus problemas. A ditadura, ao mesmo tempo em que coibia greves e formas mais radicalizadas de mobilização, pareceu ter tolerado a existência de reivindicações canalizadas para o sistema judiciário. As experiências de guerrilha rural, portanto, foram eventos complexos, que combinaram de forma variada as expectativas de militantes e de trabalhadores rurais. Estes últimos, embora com algumas exceções, tendiam a apresentar bastante resistência à visão de enfrentamento armado. Se o fechamento sumário de muitos sindicatos de trabalhadores rurais foi uma realidade com o advento do golpe, muitos militantes da esquerda passaram a estimular o engajamento de contingentes rurais em experiências de enfrentamento direto com o regime militar. Em São Paulo, especialmente nos casos analisados, foi notável a participação de antigos militantes do PCB, principalmente de lideranças herdeiras da geração do *Manifesto de Agosto*⁷, bastante familiarizadas com ideários radicalizados de enfrentamento como veículo de transformação das relações sociais.

Veremos que os trabalhadores rurais não só percebiam os mecanismos de exploração (e os exploradores) então vigentes, como também buscavam formas próprias de ação visando solucionar os problemas, muito embora nem sempre estes repertórios fossem os esperados pelos militantes da luta armada. Entre os lavradores, predominava o recurso à “lei”, aos “direitos” recém-adquiridos, principalmente aqueles reconhecidos no Estatuto do Trabalhador Rural.

Este texto está separado em cinco partes, contando com esta breve introdução. Na próxima sessão, apresentamos as cisões internas na esquerda ribeirão-pretana e a origem de grupos de luta armada, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Frente Armada de Libertação Nacional (FALN). Discutimos a gradual transição da linha pacífica e institucional até então utilizada pela militância política para um repertório marcado pela contestação das vias institucionais e das práticas usuais de atuação

7 Colocado na clandestinidade em 1946 pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, o PCB acabou adotando uma leitura mais radicalizada do enfrentamento ao capitalismo e ao imperialismo. A nova postura foi exposta numa carta lançada em agosto de 1950, conhecida como Manifesto de Agosto, que no plano fundiário estabelecia uma reforma agrária radical, dando terra para “aqueles que nela trabalham”. Alguns desdobramentos práticos desse ideário ganharam corpo no apoio do partido nos conflitos de Trombas e Formoso, no estado de Goiás e na Guerra de Porecatu, como ficou conhecido o episódio ocorrido no noroeste do Paraná.

partidária. Em seguida, analisamos as ações concretas empreendidas pelo grupo ribeirão-pretano junto aos camponeses, destacando a atuação de antigas lideranças sindicais rurais e a apropriação destas experiências pelos lavradores e trabalhadores rurais de base. Na quarta parte discutimos a experiência de um militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) no município de Presidente Epitácio e o “justiçamento” de um latifundiário local, bem como o envolvimento de alguns lavradores e as demais famílias residentes no local. Por fim, na última parte, elaboramos uma pequena síntese e alguns apontamentos de questões que nos parecem relevantes para a reflexão da cultura política existentes em setores expressivos do campesinato paulista.

A Controversa transição: da “linha pacífica” à luta armada

A ditadura reprimia fortemente as organizações populares, prendendo e assassinando lideranças na esperança de liquidar opositores ao regime. A deposição de Jango foi seguida pela promulgação de atos institucionais que concediam poderes excepcionais aos militares, gerando um estreitamento dos canais de participação popular e um recrudescimento da repressão. Os anos imediatos ao golpe, do ponto de vista dos grupos de esquerda, foram marcados pela reaglutinação de alguns setores, principalmente o partidário e deste em relação aos movimentos populares, processo igualmente marcado por um movimento interno de cisão que, tempos depois, resultaria nas primeiras organizações de luta armada. Não obstante a ênfase atribuída pela literatura à uma cisão radicalizada da esquerda rumo à luta armada, vemos que organizações como a Ação Popular (AP) e o próprio PCB, pelo contrário, no imediato pós-golpe, atuaram de forma bastante semelhante aos anos anteriores, mobilizando, ainda que clandestinamente, sindicatos rurais, operários urbanos e o movimento estudantil rumo à intensificação da luta contra o regime, inclusive pela via institucional. Em Ribeirão Preto, por exemplo, no imediato pós-golpe, diversos segmentos da esquerda estimularam atos, manifestações, pichações e, inclusive, campanhas para eleição de parlamentares favoráveis à algumas bandeiras caras ao partido.

Um exemplo se deu durante a visita do embaixador americano Lincon Gordon à Ribeirão Preto em abril de 1965. O PCB prontamente mobilizou seus contatos no meio estudantil e sindical visando a construção de atos que se contrapusessem ao imperialismo e seu representante americano. O

embaixador era fortemente associado às conspirações que deflagraram o golpe de 1964 e sua visita merecia ser divulgada como um ultraje ao povo brasileiro e ribeirão-pretano em especial. Os militantes comunistas picharam frases de efeito em diversos muros da cidade (“*Fora Mr. Gordon!*”), enquanto outros permaneciam atentos e preparados para uma eventual retirada geral em caso de ameaça (PAULINO, 2004, p.46). De acordo com o militante Leopoldo Paulino, do setor estudantil da época, o caso seria emblemático por demonstrar como os partidos e as organizações de esquerda, no imediato pós-golpe, trabalhavam, ao mesmo tempo, com uma estrutura clandestina e uma atuação nas entidades de massa. O objetivo, segundo ele, seria o “levar o posicionamento do partido, mobilizar a população através das questões específicas de cada categoria e proceder com recrutamento de militantes que eventualmente se destacavam” (PAULINO, 2004, p.41).

A adesão ao sistema eleitoral bipartidário, representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por exemplo, também foi estimulada pelo PCB no interior paulista. A orientação partidária era que os diversos comitês municipais e estaduais escolhessem candidatos afinados com as pautas do partido, fossem eles militantes comunistas ou apenas simpatizantes de causas e/ou bandeiras específicas. Em Ribeirão Preto, por exemplo, a militância comunista apoiou a candidatura de Gastone Righi para deputado federal e de Fernando Perrone para deputado estadual (PAULINO, 2004, p.59). Os militantes locais acreditavam que “era importante ocupar todos os espaços políticos”, muito embora concordassem sobre os limites da política institucional num contexto de ditadura militar. Em 16 de novembro, dispoindo dos resultados e mapas regionais de votação, os militantes do PCB do Ribeirão Preto puderam computar a vitória folgada de ambos os candidatos, fato que, segundo um dos participantes, mostrava a “força e a organização do PCB”⁸.

Ao passo que a ditadura editava seus atos institucionais, os argumentos em favor de uma “resistência democrática e institucional”, conforme proposta pelo comitê central do PCB, gradualmente se enfraqueciam. As teses de luta armada contra a ditadura, embora já existentes desde 1964, começavam a ganhar força e espaço no seio partidário. Provavelmente em abril de 1967, num sítio localizado entre Americana e Campinas, o PCB realizou uma conferência estadual clandestina. O encontro buscou determinar as linhas

⁸ As críticas ao “programa pacífico” do PCB, que previa a participação eleitoral inclusive, só se fariam notar alguns anos depois. Cabe destacar que essa atuação da esquerda nos meandros institucionais, mesmo durante a ditadura, merece ser melhor investigada, o que não foi possível realizar no bojo desta pesquisa.

de atuação do partido, o novo comitê estadual e eleger os delegados que participariam do congresso nacional, a se realizado poucos meses depois. Participaram aproximadamente 50 pessoas, dentre elas os militantes Nestor Vera, Lyndolpho Silva, Irineu de Moraes, Marighella, Prestes e Dinarco Reis (SILVA, 2004, p.119; PAULINO, 2004, p.67).

Houve longo debate sobre as teses que orientariam a atuação do partido na nova conjuntura de endurecimento da ditadura. O comitê central, então composto pelo grupo de Prestes, Dinarco Reis e Bonfim Junior, defendeu teses referentes à linha até então utilizada, de moderação e luta nos marcos institucionais. Expoentes partidários, como Carlos Marighella, de certo modo, já enfatizavam publicamente o papel da deposição do governo militar através da luta armada desde 1965 (BNM, 100, p.77-78; PIMENTA, TEIXEIRA, 2009, p.45). O debate, contudo, era controverso e, na realidade, marcado internamente por um largo espectro de posições. O pesquisador Marcelo Ridenti (2010, p.32) parece resumir bem os três principais eixos que definiam os limites das divergências entre as organizações de esquerda durante o período militar. Para ele, os principais desacordos davam-se em torno do *i*) caráter da revolução, se ela seria gradual, por etapas, ou abrupta; *ii*) das formas de luta para se chegar ao poder, se institucionais ou armadas, por exemplo; e *iii*) da organização necessária à revolução. Esta última, por exemplo, foi um ponto bastante caro ao caso paulista. Discutiui-se bastante se as novas táticas deveriam se dar separadas da estrutura partidária, bastante associado à “burocracia” e à “lentidão” por alguns.

Para Lyndolpho Silva, por exemplo, a resistência armada parecia ser uma consequência natural do novo momento político⁹. Contudo, o militante alertava sobre a necessidade de se construir ações e agrupamentos armados resguardando a própria estrutura partidária, resultado de décadas de trabalho. Outro crítico das teses de “acúmulo de forças” apenas pela luta através das vias institucionais foi o militante Irineu de Moraes. Já bastante ambientado com a ideia de enfrentamento armado¹⁰, Irineu chamou a reunião de Americana de “assembleia do racha”. Segundo seu depoimento, Prestes teria sido “desmascarado, desmoralizado e criticado pela turma”.

9 “Porque essa luta armada que se defendia, seria pra que? Eu sempre entendi, dentro do PCB, que era pra tomar o poder, não é verdade? Então, da perspectiva que surge com o golpe e todo esse negócio ali, a realidade do povo de modo geral, (...) a gente entendia que o caminho era esse, não tinha outro pra fazer.” (SILVA, 2004, p.121).

10 Irineu de Moraes fora enviado pelo PCB para o levante de Porecatu, caso que envolveu a resistência armada de camponeses contra o despejo de suas terras entre as décadas de 1940-50. Em outro caso, antes mesmo da deflagração do golpe militar, Irineu também já teria desenvolvido alguns centros de treinamento de tiro. Ver Welch (1999).

Eu mesmo falei pra ele: “nós consideramos um pouco o seu passado, mas você deve se afastar da direção. Você não pode se apegar à direção com meia dúzia de pelegos que votam em você. Afaste-se da direção que nós colocaremos como presidente de honra na mesa, mas deixa outro dirigir porque você não está dirigindo mais coisa nenhuma” (WELCH, GERALDO, 1992, p.190).

É provável que a alegação de Irineu de Moraes tenha sido mais um exercício de reflexão e elaboração do passado do que propriamente um diálogo travado com Prestes. De todo modo, deixa entrever o grau de convencimento de parte dos militantes em relação às táticas de luta armada e a contestação das táticas afeitas à luta institucional, do qual Prestes seria representante. A conferência estadual durou aproximadamente uma semana e, apesar dos intensos debates, a proposta de Marighela foi aprovada pela maioria dos congressistas, iniciando uma crise interna no partido.

Em maio de 1967, Carlos Marighela seleciona alguns membros do grupo e parte com eles para Cuba, iniciando o treinamento em guerrilha. Durante a estadia, entre julho e agosto de 1967, acontecia também naquele país a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), na qual compareceram aproximadamente 20 nações sul-americanas. Na ocasião Marighela, sem a anuência do comitê central, representaria o PCB. A ida ao encontro internacionalizava a posição de Marighela em relação à luta armada e acirrava ainda mais os atritos internos já acumulados desde a conferência paulista. O comitê central do partido brasileiro acabou enviando um telegrama desautorizando a representação do PCB através de Marighela.

Em resposta, nas *Cartas de Havana*, o militante repudiaria publicamente o PCB, demonstrando suas “profundas divergências” com o partido brasileiro, acusando-o de ter se “afastado da revolução brasileira”:

Desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar a espera das regras do jogo político – burocrático e convencional – que impera na liderança. Segundo meu modo de ver, a luta guerrilheira é a única maneira de unir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. (...) Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam ao Brasil. A consciência revolucionária, que brota da luta, se incumbirá do resto. A guerrilha é o que pode haver de mais anti-convencional e de mais anti- burocrático, o que mais se distancia do sistema tradicional de um Partido da cidade (BNM, 100, p.12-13).

Não bastasse a explicitação da controversa partidária, ao longo do documento citado percebe-se a crença que havia na ideia de que o contato entre guerrilheiros e as “massas rurais e urbanas” levaria, inevitável e automaticamente, a um apoio popular à luta armada. Este ponto era, justamente, um dos polos de discordância entre Marighela e Lyndolfo Silva, sendo o último favorável à resistência armada apenas se esta representasse um acúmulo organizativo do partido junto às bases sociais camponesas e urbanas¹¹.

Basicamente, dentro do PCB paulista, as posições polarizavam-se quanto à necessidade ou não da estruturação de um partido nos moldes marxistas-leninistas clássicos para fazer a revolução. De um lado os defensores de uma estrutura partidária e, conseqüentemente de um trabalho junto às massas para liderar a revolução; de outro, os defensores de maior autonomia tática e decisória, que oferecesse maior rapidez e eficiência no enfrentamento à ditadura. Para estes, os grandes referenciais eram as experiências cubanas e vietnamitas, que envolveram a luta de guerrilhas em áreas rurais. Os referenciais “foquistas” (detalhados em obras como as de Regis Debray, que parece ter sido bastante lida nos casos do interior paulista), exerceram papel fundamental no imaginário político de alguns militantes brasileiros, em especial na juventude. Os desdobramentos, como veremos, seriam controversos.

No caso de Ribeirão Preto, durante aquela que ficou conhecida como a “última reunião do PCB” (PAULINO, 2004, p.74), Wanderley Caixe, então ligado ao movimento estudantil, comentou as expulsões feitas pelo comitê central por conta das discordâncias sobre os rumos do partido e da disposição de Marighela em formar uma organização de combate à ditadura “sem a estrutura burocrática do partido” e de “caráter regional”. Num comentário sobre a reunião, Leopoldo Paulino, também ligado ao movimento estudantil, transpareceu alguns elementos da divergência sobre o tipo da organização revolucionária necessária. Em sua opinião a luta armada “deveria ser nacional”:

Da minha parte, concordava com a luta armada, sabendo ser ela a única saída possível para se derrubar a ditadura (...). Por outro lado, entendia que a articulação deveria ser nacional, questionando o caráter regional do grupo (PAULINO, 2004, p.75).

11 “Então, minha posição era: eu acho que a luta armada poderia ocorrer dependendo exatamente da capacidade que nos tínhamos para mobilizar gente, sindical, camponês e outros – para você partir para esse negócio nesta base. Mas aqui, a ideia que surgiu foi primeiro treinar gente para se preparar – além disso, o que me enraivou, e eu sou cruel nessa coisa até hoje, a gente pode brigar pra chuchu, mas a estrutura do PCB a gente mantém porra!” (SILVA, 2004, p.124).

Dessa cisão do PCB ribeirão-pretano nasceram duas organizações: a ALN, de um lado, e as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Cabe destacar que embora tenha havido divergências entre elas em relação ao tipo de organização necessária à revolução, ambos os agrupamentos dissidentes pareceram concordar com a necessidade de uma ação de vanguarda. Tanto a ALN como as FALN acreditavam no suposto de o enfrentamento armado levaria, conseqüentemente, a um “apoio popular das massas”, especialmente as rurais. Na próxima sessão apresentamos os principais passos dessas duas organizações junto aos trabalhadores rurais, buscando entender como as concepções de ação política dos militantes comunistas influenciaram os desfechos nos casos concretos. Buscaremos perceber como as “massas” rurais se apropriaram destes episódios.

Os Sindicalistas rurais entre as FALN e a ALN

As trajetórias de ambas as organizações ribeirão-pretanas, as FALN e a ALN, ilustram de forma bastante interessante a complexidade das organizações de luta armada no caso paulista. Apesar dos debates internos sobre o destino da estrutura partidária, ambas as organizações conseguiram, a seu modo e durante um curto período de tempo, manter certa coesão interna e mobilizar, conjuntamente, seus principais membros em torno de “ações revolucionárias”. Embora numericamente limitados, parece que os episódios ribeirão-pretanos atingiram um número considerável de pessoas, contando com a participação de “homens comuns” das áreas rurais, estudantes e operários que aderiram à proposta de ações revolucionárias visando derrubar o regime. Através de antigos quadros, a dissidência pecebista em Ribeirão Preto conseguiu usar a seu favor quase todo capital político do antigo “Partidão”, fato que auxiliou a impulsionar algumas ações, dotando-as de alguma capilaridade social¹².

A ação das FALN e da ALN em Ribeirão pareceu combinar, de forma particular, o novo ideário de maior autonomia decisória, sem a lentidão tipicamente atribuída às estruturas partidárias, com o planejamento e coordenação integrada de ações. Tanto a ALN como as FALN eram dotadas de uma forte base estudantil, dentre secundaristas e universitários, alguns profissionais liberais, como advogados e professores universitários, e uma

¹² Em entrevista, Vanderley Caixe, após perceber que tinham se esgotado as possibilidades de atuação através do partido, resumiu bem este espírito: “O partido somos nós, expulsos estão vocês”. Ver a obra de Marcelo Botosso (2001, p.55).

ampla rede de sindicalistas e ex-dirigentes partidários, o que as dotavam de certo potencial de mobilização. Nos restringimos ao resgate da atuação de lideranças, ex-sindicalistas rurais, as vias de mobilização e engajamento destes segmentos e a forma como teceram, junto com os demais participantes, as resistências contra a ditadura.

A dissidência articulada em torno de Vanderley Caixe começaria suas primeiras ações através da elaboração de um jornal crítico ao regime militar. O material, intitulado *O Berro*, já existia desde 1966 (ANEXO I). Para Botosso (2001, p.53), o jornal, em seu primeiro número, denominou-se “órgão independente e de vanguarda dos acadêmicos de Direito de Ribeirão Preto”. Era produzido por Caixe enquanto membro do centro acadêmico de direito da UNAERP. Em pouco tempo a publicação do grupo abandonaria a circulação restrita aos meios acadêmicos, passando ao papel de “porta-voz do movimento estudantil universitário e secundarista, tanto na cidade sediada, como em parte dos municípios circunvizinhos” (BOTOSSO, p.53). Uma integrante do grupo comentou que no início das atividades, a ação política coletiva basicamente se restringia a produção dos jornais¹³. O material, inicialmente confeccionado pelo centro acadêmico ao qual Vanderley Caixe era filiado, costumava ser elaborado à mão e mimeografado pelos próprios membros através de mutirões, sendo posteriormente distribuídos, inclusive nos municípios do entorno. Segundo os registros do DOPS, muitos lavradores e trabalhadores volantes da cana-de-açúcar participaram do processo de distribuição de exemplares d’*O Berro*. As publicações alcançavam municípios vizinhos e serviam de material de discussão para o trabalho de arregimentação de novos membros, fosse em porta de fábricas, no meio estudantil, em fazendas ou mesmo como meio de divulgação dos ideias revolucionários em panfletagens clandestinas feitas pelos militantes durante a madrugada.

Mário Bugliani, ex-presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Pontal, dissolvido com o golpe de 1964, era o responsável pela “ala rural” das FALN, tendo recebido a alcunha de “capitão” e assumido posição de chefia dentro da organização. Bugliani percorria diversas cidades da região de Ribeirão Preto em busca de lavradores e assalariados volantes dispostos a aderir à organização e às ações propostas pela FALN. Bugliani teria realizado algumas reuniões com lavradores nas cidades de Barrinha, Pontal,

13 “(...) no período que eu estava [no grupo] a gente fazia política mais em função d’*O Berro*, divulgando ideias; na época eu ainda discordava da luta armada, portanto realmente eu não era das FALN, eu era do grupo político que produzia o jornal” (Depoimento de Nanci Marietto, apud. BOTOSSO, 2001, p.54).

Guaíra, Igarapava, Batatais, São Joaquim da Barra e Bebedouro, locais onde mantinha alguns da época de dirigente sindical (BNM, 65, p.20).

Um dos contatos de Bugliani foi feito com um amigo e antigo membro da direção do sindicato em Pontal. Era o lavrador Maginho Agostinho Pinto, que trabalhou junto com Bugliani na Usina São Vicente, em Pitangueiras, e exerceu ao seu lado o cargo de 1º secretário sindical. Maginho, em depoimento, afirmou ter mantido diversos encontros com Caixe e Bugliani durante o ano de 1966, oportunidades em que debatiam a organização de um grupo para “depor o regime através de uma ação armada” (BNM, 97, p.453). Maginho recebera ainda a incumbência de arregimentar outros lavradores da região e estabelecer uma base rural das FALN no município de Pitangueiras.

No mesmo período, o “capitão” Bugliani também contactou outro lavrador de Pitangueiras, de nome Francisco Alves Reis Filho, conhecido como “Chico Careca”. Consta no depoimento de Francisco ao DOPS que, já em 1966, Mário Bugliani “começou a doutrinar o interrogado para um movimento armado” com o objetivo de “derrubar a ditadura”¹⁴. Chico Careca tinha atuado na associação dos trabalhadores rurais de Sertãozinho, sendo já bastante familiarizado com a militância comunista e com as ações dos grupos dissidentes do partido¹⁵.

Em meados de 1967, Maginho e Chico Careca começaram a promover reuniões com o intuito de arregimentar outros trabalhadores rurais. Esses espaços contavam, na maioria das vezes, com o acompanhamento e a assistência política de quadros comunistas, como Irineu de Moraes, o estudante Vanderley Caixe ou do próprio “capitão” Bugliani. Num desses encontros, ocorrido na casa de Maginho, Vanderley Caixe e Irineu de Moraes levaram alguns materiais sobre a luta armada e sobre a nova organização armada pretendida. Em depoimento ao DOPS, um dos lavradores que participara de uma dessas reuniões, de nome João Estevão Martins, afirmou que durante a reunião fora “discutida a melhoria da vida do operário e a união dos mesmos para a queda do governo e do regime” (BNM, 97, p.456).

A atuação de quadros mais experientes, como Irineu de Moraes e

14 As afirmações são dos agentes do DOPS, apoiados nas declarações do próprio lavrador (BNM, 97, p.450-452).

15 Cabe uma curiosidade: de acordo com o depoimento de Chico Careca, este conhecera Vanderley Caixe em fins de 1966, ocasião em que lhe foram entregues exemplares d’O Berro, que deveriam ser distribuídos na região. Aparentemente o lavrador perdera o embrulho contendo os materiais mimeografados, o que resultou no seu desligamento da organização, decisão aparentemente tomada pelo próprio Caixe. Uma reaproximação se deu apenas em 1967, a partir de um novo convite, feito dessa vez por Mário Bugliani (BNM, 97, p.450).

mesmo outros como Patrocínio Henrique dos Santos¹⁶, também parece ter ocupado um papel importante na coordenação das ações tanto das FALN como da ALN. Eram eles que articulavam e colocavam em contato os grupos estudantis, camponeses e operários das organizações em torno de ações comuns, tais como treinamentos de guerrilha, ações revolucionárias, ou mesmo a produção de materiais e promoção de grupos de estudo. Foi o caso de um aparelho de treinamento edificado através de Mário Bugliani, provavelmente em Guatapará. Lá treinaram, simultaneamente, membros da ALN e das FALN, dentre camponeses, estudantes e militantes mais experientes. Em fins de 1967, Irineu de Moraes e Patrocínio puseram o universitário Paulo Eduardo Pereira, da ALN, em contato com o lavrador Maginho e seu grupo rural de Pitangueiras, tendo Paulo, inclusive, doado algumas armas aos lavradores e participado com eles de alguns treinamentos de tiro (BNM, 65, p.97).

Apesar do engajamento e dos recorrentes contatos entre camponeses, estudantes e antigos dirigentes, parecer ter havido uma apropriação diferenciada dos projetos de luta pelas distintas categorias sociais envolvidas. Os estudantes, relativamente mais intelectualizados e portadores de maior mobilidade social (inclusive dentro da hierarquia da ALN e da FALN)¹⁷, pareciam estar mais dispostos a cometer atos mais radicalizados de enfrentamento e/ou propaganda, ao passo que parte dos lavradores manifestaram reações adversas.

Em 8 de outubro de 1968, por exemplo, quando da comemoração do primeiro ano da morte de Che Guevara, membros das FALN planejaram detonar sincronizadamente bombas de baixo teor explosivo em vários cinemas da região, com o intuito de espalhar panfletos homenageando o legado de Che e repudiando a ditadura brasileira. Mário Bugliani, um dos organizadores do ato, em reunião com a base rural de Pitangueiras, entregou a Maginho e a outro lavrador de nome João Estevão Martins uma bomba (BNM, 65, p.97). Naquela noite, Maginho e João levaram a bomba para o cinema de Pitangueiras, embora a mesma não tenha sido implantada.

16 Patrocínio era militante comunista desde e década de 50, tendo participado da resistência camponesa de Trombas e Formoso, no estado de Goiás. A experiência ficou bastante conhecida, não só pela radicalidade atribuída pelo PCB, então clandestino desde o governo Dutra, como pelas diversas ações armadas dos posseiros, que defendiam sua permanência na terra.

17 Paulo Eduardo Pereira, por exemplo, foi o responsável pela produção de diversos materiais de leitura e estudos dentro da ALN. Ele chegou a produzir alguns materiais de estudo da ALN, mimeografando apostilas e textos como os de Régis Debray e Che Guevara, que eram distribuídos e debatidos durante as atividades de formação e arregimentação (BNM, 97, p.12). Paulo também tinha maior contato e maior trânsito junto ao alto escalão da ALN.

Afirmaram ter adiado o plano por medo. Segundo depoimento dado ao DOPS, oito dias depois, numa segunda tentativa, João novamente teve medo, o que o fez acender o pavio e atirar a bomba num matagal à esmo, durante uma viagem que fez de trem a Bebedouro.

Num oportuno paralelo, em várias oportunidades, diversos membros secundaristas e universitários da organização obtiveram sucesso na implantação de dispositivos semelhantes em lojas, cinemas e outros lugares de interesse do grupo. Uma militante da ALN, por exemplo, esteve envolvida numa explosão no prédio da Câmara Americana de Comercio, em São Paulo, na madrugada de 16 de junho de 1969, quando da visita do empresário americano Nelson Rockefeller ao país (BNM, 100, p.34). Em outro caso, em 17 de outubro do mesmo ano, alguns membros da ALN de Ribeirão Preto puseram bombas incendiárias nas Lojas Americanas da cidade já que, segundo os militantes, os dirigentes da loja estimulavam constantemente a denúncia dos grupos guerrilheiros através de cartazes pregados em suas vitrines (PAULINO, 2004, p.156-157).

Se o receio e resistência em prosseguir com “atos revolucionários” foram concretos para alguns lavradores, lideranças rurais mais experientes pareciam estar menos sujeitas à estes tipos de constrangimentos. O “capitão” Bugliani, por exemplo, coordenou vários treinamentos de guerrilha em aparelhos da organização no interior paulista, assumindo não só posição de destaque como também posição de comando em algumas operações. Num dos casos, Caixe determinou, em 5 de setembro de 1969, que três militantes das FALN de São Joaquim da Barra (Djalma Querino de Carvalho, César Marcelino da Silva e João Nicolau) fossem fazer um treinamento de guerrilha em um dos aparelhos da organização chefiados por Mário Bugliani.

Destes, aparentemente, só dois foram levados até o sítio. Ao chegarem ao local, encontraram Bugliani que parecia estar no aparelho já há algumas semanas. Em depoimento aos agentes do DOPS, um dos participantes deste treinamento descreveu Bugliani como uma liderança exigente. Ao demonstrarem cansaço durante o treinamento, o “chefe” os teria ameaçado de “fuzilamento” (BNM, 65, p.79). Em outra ocasião, Bugliani exigiu dos militantes que cavassem um buraco, bem como o corte de uma madeira que lhe servisse de tampa. Somente depois os militantes das FALN tomariam conhecimento de que o buraco serviria de cativeiro para um sequestro. O plano, elaborado pelo próprio “capitão” Bugliani, consistia em raptar algum membro da família Marchesi, importante proprietária de fazendas e usinas na região.

O plano foi posto em marcha poucos dias depois. Segundo o depoimento de Bugliani, no dia 12 de outubro de 1969, todo o grupo foi para uma mata localizada na beira de uma estrada em Sertãozinho, onde permaneceram por alguns dias, esperando o momento da emboscada. Portavam fardas da guarda nacional, mantimentos, armas, clorofórmio e um hábito de freira, que seria utilizado como disfarce para viabilizar o rapto. Um dos guerrilheiros vestiria o hábito enquanto os outros, fardados, abordariam o veículo, solicitando “carona” para a falsa freira. Contudo, dado o “não surgimento de um veículo (...), prorrogaram o rapto para o dia seguinte” (BNM, 65, p.23).

O plano chegou ao fim em 18 de outubro de 1969, quando o pequeno grupo foi surpreendido pela polícia. O historiador Marcelo Botosso afirma que dois “guerrilheiros”, contrariando orientações de Mário Bugliani, se aproveitaram de sua ausência para armar redes de dormir na beira da estrada, quando foram avistados pelo segurança de uma fazenda vizinha, que estranhou o fato e acionou a polícia. Com os guerrilheiros, a polícia apreendeu anotações, lista de contatos, endereços para distribuição de exemplares d’*O Berro* e a localização de outros militantes. Informações complementares foram facilmente arrancadas através de torturas, criando um efeito dominó de prisão dos membros da FALN e também da ALN, o que também nos demonstra a interligação de ambas as organizações¹⁸.

Com a prisão dos membros da FALN, especialmente de figuras centrais como Bugliani, a polícia rapidamente reconstruiu a rede de contatos e relações entre as duas organizações ribeirão-pretanas. Em seguida, um dos presos foi Paulo Eduardo Pereira, do movimento estudantil e que participara de treinamentos de tiro com os lavradores no interior de Guatapará. Paulo teria permanecido nas mãos do DOPS, sob forte tortura, por cerca de uma semana. A prisão de Paulo também abriu a localização de outros militantes, tanto da ALN como das FALN.

Irineu de Moraes, em suas memórias, argumentou que “Paulinho” teria dado informações facilmente¹⁹. Contudo, para além da controvérsia, nos parece claro que o papel de coordenação exercido por algumas lideranças que transitavam entre as FALN e a ALN, buscando consolidar grupos armados

18 De acordo com Leopoldo Paulino, a prisão dos militantes da ALN se deu em função da queda, “quase que em peso” da FALN.

19 “A polícia perguntou e ele contou tudo. Até, segundo dizem, ele não foi nem torturado para contar isso. Só foi torturado depois. Ele contou que eu estava lá, que eu tinha arma, que tinha isso, que outro tinha aquilo, e entregou nomes dos elementos, de todo mundo. Foi uma denúncia muito grande que esse Paulinho fez. Ele recebeu o apelido de Paulo-46, porque denunciou 46 pessoas” (WELCH e GERALDO: 1992, p.192).

nos diferentes setores, foi determinante para a queda de integrantes de ambas as organizações. Uma vez presos, militantes com tarefas organizativas entregavam com muito mais facilidade a localização de outros militantes e dos aparelhos dos agrupamentos.

A controversa ação de vanguarda adotada pela maioria dos grupos armados de enfrentamento à ditadura acabava afastando as ações da maior parte das “massas”, ao contrário do que se pretendia. Não obstante o expressivo número de camponeses arregimentados por ambos os grupos, outra parte maior ainda parecia não concordar com as medidas adotadas pelos revolucionários. O medo e a resistência contra atos radicalizados parecia ser geral. Contudo, como veremos no caso abaixo, o campesinato reconhecia os mecanismos de exploração, bem como os exploradores, embora encaminhasse suas lutas por outros canais e lançando mão de outros repertórios, principalmente o judiciário, espaço onde podiam reivindicar os “direitos”, fazendo menção à lei, em especial ao Estatuto do Trabalhador e outros dispositivos já consagrados as inúmeras lutas travadas no pré-64.

Um “Che Guevara caboclo” e os lavradores de Presidente Epitácio

As terras da barranca do Rio Paraná, no município de Presidente Epitácio, também foram palco da ação de militantes comunistas adeptos à luta armada. O local já havia sido palco de conflitos desde a década de 1950, quando pequenos lavradores haviam se encarregado de erguer lotes modestos e lavouras de subsistência. Naquela época, tiveram sua permanência contestada por uma ação judicial, que reconheceu as terras como devolutas, incapazes de apropriação pelo domínio privado. Tratava-se da Reserva Florestal da Lagoa São Paulo, destinada a proteger as margens do rio contra a erosão (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1987).

As terras voltaram a ser objeto de disputas a partir de 1962, desta vez entre envolvendo cerca de 300 famílias de posseiros e um grande fazendeiro chamado José da Conceição Gonçalves, o *Zé Dico*, que adquiriu uma fazenda, a Fazenda Bandeirantes, ao lado da reserva, passando a reivindicar também as pequenas glebas de terra já ocupadas há alguns anos pelas famílias de posseiros. O cerco que a ditadura impunha às mobilizações camponesas e sindicais dificultava a denúncia e a visibilidade de casos como o de Presidente Epitácio.

Portador de títulos de propriedade provavelmente falsos, por ocasião da primeira colheita do ano de 1962, Zé Dico passou a exigir dos posseiros das barrancas do rio Paraná o pagamento de renda sob a forma de “meação”. Diante da impossibilidade de abandonarem a terra e coagidos pela cobrança daquele que se dizia o proprietário, muitas famílias gradualmente migraram para a condição de arrendatários, lavrando contratos de arrendamento com a Fazenda Bandeirantes ²⁰.

Os primeiros atritos se fariam sentir a partir de 1965. Diante das derrubadas incessantes da mata nas áreas de barranca do rio, os arrendatários da Fazenda Bandeirante foram informados por guardas da Polícia Florestal que as terras até então supostamente de Zé Dico, eram, na realidade, terras públicas ilegalmente apropriadas. Ademais, tratava-se de área de amortecimento das margens do rio e, como tal, deveria ser preservada do desmatamento e da produção agropecuária extensiva. O fato foi recebido com surpresa pelos posseiros da Fazenda Bandeirantes. Aproximadamente metade das 300 famílias decidiu cancelar os contratos de arrendamento com o fazendeiro. De acordo com o lavrador Manoel Conrado de Brito, um dos arrendatários de Zé Dico, as famílias da fazenda buscaram a posse das terras na justiça, alegando usucapião (BNM, 173, p.100-101). O episódio aponta para as transformações em curso na relação entre os lavradores (arrendatários, no caso) e os representantes das oligarquias rurais locais: gradativamente, os lavradores se enxergavam como detentores de direito, ao ponto de subverterem relações de mando usuais até poucas décadas atrás. Os camponeses não só reconheceram a manobra de Zé Dico como ilegal, como também reivindicaram para si a propriedade das terras, já que nelas tinham dedicado seu tempo de trabalho e erigido suas vidas.

O fato soou como ousadia para Zé Dico. Sua reposta passaria por repertórios típicos do cotidiano rural brasileiro, como a violência e a jagunçagem. Fiscais da fazenda, a mando do fazendeiro, passaram a queimar casas e violentar as famílias como forma de pressionar pela assinatura de novos contratos e pelo pagamento da meação. Num dos

20 Uma sindicância elaborada pela polícia em 1967 colocou os títulos de propriedade de Zé Dico sob suspeita. Segundo o documento, Zé Dico teria requisitado “à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado a expedição de títulos de propriedade da faixa de terra ora litigiada”. Os próprios policiais, nos autos de investigação mencionam que “nem ele mesmo acredita que seus títulos são bons, firmes e valiosos, ou é tão ingênuo que aceitou o conselho do funcionário da mesma procuradoria (...) para não mover ação judicial nenhuma...” (BNM, 173, p.371).

casos, ao negar a renovação do arrendamento, um lavrador foi espancado e atirado no meio do Rio Paraná pelos prepostos de Zé Dico. Noutra situação semelhante, após se sentir “humilhado”, um lavrador acabou partindo para a reação imediata, desferindo tiros contra Zé, muito embora tenha errado o alvo.

Entre fevereiro e março de 1967, o jagunço José Francisco Medeiros, conhecido como *Zé Mineiro*, foi destacado por Zé Dico para residir na gleba da família Kurak, uma das centenas famílias de arrendatários da Fazenda Bandeirantes. Zé Mineiro passou a aterrorizar a rotina familiar, usufruindo dos bens e da produção do lote, saqueando safras e matando animais (BNM, 173, p.370). Os constantes atritos entre os posseiros e o jagunço atingiram uma situação crítica no dia 11 de maio de 1967. Paulo Kurak decidira abandonar a gleba, migrando com sua família para outro trecho do rio. Já havia providenciado a mudança, acomodando criações e pertences dentro de um pequeno barco. O filho de Paulo, o jovem Armando Kurak (16 anos), foi morto à tiros por Zé Mineiro enquanto voltava para buscar animal que ainda restava na pequena propriedade ²¹. Apavorados, Paulo Kurak e o restante da família iniciaram uma retirada apressada da gleba, deixando para trás o corpo já desfalecido do filho, quando Zé Mineiro passou a alvejar o barco com inúmeros disparos, resultando na morte do lavrador, vítima de um tiro fulminante, e no ferimento de sua esposa e outro filho do casal.

Um inquérito policial foi aberto, mas a apuração da morte do lavrador parece ter não ter rendido qualquer medida no sentido de perseguir o matador Zé Mineiro, muito menos o mandante Zé Dico (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1987, p.45). Em uma reportagem da época, o então Secretário de Agricultura e ex-deputado, Herbert Levy, entusiasta da causa dos grandes proprietários rurais e intimamente associado aos cafeicultores paulistas, teria prometido interceder nos conflitos na fazenda Bandeirante, mandando para a região um efetivo de 50 guardas-florestais. A promessa, contudo, só se cumpriria meses depois. No âmbito local, o delegado de Presidente Epitácio, Maurício Guimarães, mostrou-se pouco disposto a atuar diretamente nos conflitos da Fazenda Bandeirante. Na opinião do delegado Maurício, a polícia não deveria tomar posição antes que fosse esclarecida a verdadeira

21 Há controvérsias em relação à idade e nome do menino assassinado. Os documentos da investigação promovida da polícia alegam se tratar de “Armando Kurak” (16 anos). Outra publicação afirma se tratar de “José Kurak” (14 anos) (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1987, p.44-45). Notícias sobre o caso no jornal O Estado de São Paulo também afirmam se tratar de Armando Kurak.

posse da propriedade ²². A morosidade do poder público no trato do impasse de certo modo garantia a impunidade na região e a escalada de violência seguia como rotineira nas barrancas do Rio Paraná.

Em 1967, o aparelho burocrático e militar da ditadura já reconhecia a existência de grupos armados entre a esquerda brasileira. As experiências recentes de Cuba e do Vietnã aumentaram os receios dos setores militares e civis envolvidos no golpe em relação a existência de focos de guerrilha nos espaços rurais de São Paulo. Imaginando que a chacina da família Kurak pudesse ter relação com uma “ação comunista ou comunizante”, a delegacia regional de Presidente Prudente abriu, três meses após o assassinato da família Kurak, uma sindicância voltada para averiguação do caso, suspeitando que um dos posseiros, que também reivindicava a posse das terras na justiça, tivesse intenções “subversivas” de agitação na região ²³. Mesmo que a hipótese de foco comunista tenha perdido força, a polícia local montou um pequeno acampamento na região, fato que também garantiu certo controle na onda crescente de tensão instaurada na barranca do rio.

O caso de Presidente Epitácio gozou de certa visibilidade após a morte da família Kurak e da intervenção do secretário estadual de agricultura Herbert Levy. O caso foi noticiado como “chacina” e rendeu algumas reportagens em jornais de grande circulação no estado (OESP, 26/09/1967, p.19). A realidade dos lavradores da Fazenda Bandeirantes, de alguma forma, parecia se encaixar no ideário político de alguns militantes da esquerda armada. Foi o caso do militante comunista Edmur Péracles de Camargo, conhecido por Gaúcho, que passou a atuar na região após a sequência de conflitos. Edmur é descrito por Élio Gaspari como um “veterano militante comunista” pertencente à ALN (GÁSPARI, 2002, p.249). O autor comenta que a ação de Edmur se deu durante a presença de Marighella em Cuba, quando do treinamento de militantes em táticas de guerrilha. Ao chegar à Presidente Epitácio, por volta de agosto de

22 Garantindo a impunidade do mandante do crime, o delegado Maurício decretou apenas a prisão do jagunço de Zé Dico. Ademais, Maurício afirmou que “de resto, não podemos fazer nada, porque ali não se sabe quem está invadindo a propriedade de quem, pelo menos enquanto uma das partes não aparecer com títulos de propôs-se regularizados (...). Antes disso, nada”. “Primórdios de uma contenda” (OESP, 26/09/1967, p.19).

23 Tratava-se de Silvio Papacosta, um vendedor de medicamentos que teria ocupado parte das terras devolutas da barranca do rio. Após suas devidas explicações e pela sua “não filiação à organizações comunistas”, a suspeita foi refutada (BNM, 173, ps.81 e 370).

1967, Gaúcho fez contato com um funcionário público do município que lhe serviu de ponte na mediação junto aos arrendatários da Fazenda Bandeirante²⁴. Nesta primeira aproximação, Gaúcho teria se apresentado como repórter dos jornais A Gazeta e da Rádio Marconi, interessado na promoção do caso através de reportagens (BNM, 173, p. 66).

Gaúcho permaneceu hospedado no Hotel Brasil, em Presidente Epitácio, entre os dias 22 e 23 de agosto de 1967, chamando a atenção de alguns dos funcionários do estabelecimento, não só pelo físico atlético, pela cor negra e pela falta de cabelos, mas também pelo fato de receber, constantemente, a visita de “homens simples”, aparentando se tratarem de lavradores (BNM, 173, p.61). Edmur recebia a visita de alguns posseiros da Fazenda Bandeirantes, sob o argumento de que os entrevistaria para as futuras publicações da rede de jornais onde supostamente trabalhara. Seguiu-se uma sequência de contato entre os lavradores da barranca do rio e o militante comunista. Edmur, inclusive, teria passado alguns dias na própria fazenda, hospedado na casa de um dos lavradores, conhecido no local como *Arlindo Crente*. Era a oportunidade ideal para que o comunista começasse a execução de seu plano “revolucionário”.

Edmur, durante os inúmeros contatos que manteve com os lavradores, sempre tocava em temas relacionados à divisão das terras e da importância da luta dos posseiros pelo território. De acordo com os depoimentos dos lavradores aos agentes do DOPS, Gaúcho teria comentado que “passado o problema da divisão das terras”, todos os camponeses teriam acesso a “hospital, farmácia, escola e fornecimento” (BNM, 173, p.125). Ainda se utilizando do expediente do repórter, o militante comunista articulou uma comitiva com alguns dos posseiros, que foram até São Paulo, oportunidade em que visitaram a sede do jornal *Folha de São Paulo* e participaram de uma audiência com o então secretário de agricultura Herbert Levy²⁵. Segundo os lavradores, na ocasião da audiência, Edmur não teria se apresentado como jornalista, muito embora tenha sido o que mais falou em nome dos posseiros, mencionando, inclusive, o caso Kurak (BNM, 173, p.114).

24 O funcionário era Alípio Costa, que em depoimento aos agentes do DOPS se apresentou como sendo casado com uma das irmãs de Paulo Kurak. Alípio ainda teria auxiliado os posseiros no processo de preparação da denúncia e requerimento de usucapião na justiça.

25 Os presentes, além de Edmur e Alípio (o funcionário público acionado pelo militante), foram Silvio Papacosta, Manoel Conrado, José Novaes, Francisco de Souza (o Chiquinho), José Pereira e Sebastião Gregório da Silva (BNM, 173, p.113-114).

Gaúcho manteve contato com os lavradores e passou a se reunir com eles constantemente. Majoritariamente clandestinas, as reuniões ficaram restritas a algumas dezenas de lavradores, talvez os mais descontentes, tendo como mote principal as providências a serem adotadas na “luta pela terra”. Para o militante comunista, tratava-se de avançar na construção da “ação revolucionária”. De acordo com o depoimento dos lavradores, o militante passou, gradativamente, a assumir que além de repórter era também deputado federal, sendo grande amigo de proeminentes nomes da política nacional, como Brizola, Jânio Quadros e Prestes. Teria destacado que o governo pouco ajudaria a resolver tal situação, posto que estava “mancomunado com a causa dos grandes proprietários”. Edmur sempre garantia que sua missão, “a mando das altas autoridades”, era matar Zé Dico e que tal fato geraria uma “melhorar para todos” (BNM, 173, p.136 e 194). Gaúcho, inclusive, teria mencionado seu vínculo com experiências semelhantes de enfrentamento direto entre lavradores e grandes proprietários, em especial no Sul do país ²⁶.

Arlindo Crente, um dos lavradores da Fazenda Bandeirantes, por exemplo, garantiu que durante as reuniões clandestinas das quais participara, Edmur sempre mencionava que, no Brasil, deveriam “dar fim ao latifúndio” e que a solução para o problema da terra e dos latifundiários era a “guerrilha rural”, já que o governo “não tomava as providências contra eles” (BNM, 173, p.129). Arlindo, durante seu interrogatório, afirmou compreender a ideia de “guerrilha” como “briga” e que, de modo geral, a conversa com Edmur era “bonita” e “legal”, motivos pelos quais ele “comprava qualquer um”. De toda forma, apenas algumas dezenas de lavradores aceitaram as propostas de Edmur, provavelmente por alguma vingança ou descontentamento pessoal contra o fazendeiro Zé Dico.

Edmur, enquanto membro da ALN, convencido da necessidade da guerrilha rural como ferramenta de enfrentamento à ditadura, muito provavelmente utilizou do expediente das credenciais junto às “altas autoridades” como meio de angariar a simpatia e a confiança dos lavradores mais indignados com os desmandos do coronel regional.

Na noite do dia 23 de setembro de 1967, os planos do militante

26 Alguns posseiros, em depoimento à polícia, afirmaram que Gaúcho teria mencionado sua participação na experiência de Porecatú, na década de 1950, que fora apoiada pelo PCB, num momento de forte radicalismo do partido no que tange a temática agrária. Edmur, aparentemente, teria ligação com o Grupo dos 11 naquela região e com a organização dos camponeses, em especial durante o governo de Leonel Brizola (BNM, 173, p.194).

comunista ganhariam contornos mais sólidos. A reunião aconteceria na casa do lavrador Arlindo Crente. O militante comunista afirmou que o governo estadual atuaria conforme o prometido, destacando o efetivo de 50 guardas-florestais, e que ele mesmo estava disposto a executar Zé Dico, caso os posseiros auxiliassem. As “altas autoridades” as quais Gaúcho era vinculado se encarregariam de acobertar os fatos. Para muitos camponeses, fora a primeira vez em que entraram em contato com os verdadeiros intentos de matar um latifundiário. E parece não ter sido muito bem recebida.

Foi o caso de Manoel Conrado, um dos membros da pequena comitiva que em São Paulo dialogara com o secretário estadual de agricultura. Manoel, que durante a reunião portava uma carabina 40 milímetros, percebendo e relacionando os fatos, disse que “iria embora para a casa, pois não participaria de qualquer violência” (BNM, 173, p.102-4). Outros camponeses, por motivos diversos, também declinaram da proposta ²⁷. Antes de se ausentarem da reunião, todos os lavradores que se opunham às teses de execução do lavrador foram ameaçados por Gaúcho, que os advertiu para que permanecessem calados em relação ao ato e que não contassem a história para ninguém ²⁸.

Mesmo com as desistências, cerca de 20 lavradores se engajaram na operação de eliminação de Zé Dico. Cientes de que o fazendeiro passaria aquela noite num dos casebres da fazenda, os lavradores partiram para a execução do plano. Um primeiro grupo partiu para executar o corte das linhas telefônicas, localizadas a alguns quilômetros da sede da fazenda ²⁹. Em seguida, um segundo grupo foi constituído e os lavradores migraram à pé, por entre as plantações, até a residência onde pernoitava Zé Dico.

Edmur e o lavrador de nome Demerval entraram na residência, enquanto o restante permaneceu de tocaia fora da casa. Ao entrarem no recinto, encontraram primeiro Paulo, filho de Zé Dico, que ao ser abordado indicou o dormitório do pai. Gaúcho executou Zé Dico enquanto que o lavrador Demerval foi responsabilizado no inquérito policial pelos disparos que feriram Paulo, o filho do fazendeiro. Um

27 Dentre os camponeses desistentes estavam “Israel Cearense, Manoel Conrado, Nelson Francisco Alexandre e Nico Cesar do Amaral” (BNM, 173, p.185).

28 Em seu depoimento, Manoel Conrado garantiu que antes de abandonar a reunião, Gaúcho teria tomado sua carabina e de outros lavradores reticentes (BNM 173, p.185-187).

29 No caminhão teriam ido Arlindo Crente (motorista), Sebastião Baixinho, Antonio Menezes, Gersino Gomes de Moraes, Pedro Alagoano, Zé Moreno, Antonio Gatinho e Sabastião Tavares da Silva (BNM, 173, p.03).

fiscal de Zé Dico e sua esposa também estavam presentes na casa durante o ocorrido, mas permaneceram trancados num dos cômodos ao ouvirem os disparos.

Ao contrário da chacina da família Kurak, o inquérito que averiguou a morte de Zé Dico durou apenas pouco mais de um mês. A pista inicial que levaria à sequência de eventos viria do cruzamento dos nomes que deram entrada como hóspedes nos hotéis da cidade com os nomes de compradores recentes de armas na cidade. Os policiais, 24 dias depois do assassinato de Zé Dico, conseguiram identificar o nome de Edmur Péricles de Camargo, que não só esteve hospedado na cidade, como também comprara um revólver Taurus, calibre 38, no mesmo município (BNM, 173: 73). Os policiais reconstruíram toda a rede de contatos mobilizada por Edmur, o que levou à prisão/tortura dos principais lavradores envolvidos na execução do grande fazendeiro e coronel local. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, muito embora Edmur tenha deixado a região após o a morte do grileiro.

Em resposta, e temendo a deflagração de novos conflitos, o governo estadual, na pessoa do secretário de agricultura, permitiu que os trabalhadores permanecessem na região por três anos, período no qual deveriam construir novas alternativas de sobrevivência e emprego. Apesar das medidas, os filhos de Zé Dico novamente acionariam os mesmos repertórios utilizados pelo pai, intimidando e destruindo o patrimônio dos posseiros da barranca do rio. Contrariando as previsões do militante da ALN, o assassinato de Zé Dico trouxe quase nenhuma melhora para as famílias de lavradores da Fazenda Bandeirantes. Pelo contrário. Houve um acirramento imediato da repressão ao conjunto das famílias e a prisão, seguida de tortura, dos cerca de 20 lavradores envolvidos na operação (ANEXO II).

A primeira experiência concreta de “foco guerrilheiro” da ALN no interior de São Paulo foi, nas palavras de Élio Gaspari, “uma execução de manual”, com um militante assassinando um grileiro (GASPARI, 2002, p.249). O episódio parece ilustrar vários elementos do ideário político presente em diversos grupos da esquerda armada. Edmur trabalhara com a experiência de um típico agitador revolucionário, canalizando a insatisfação dos lavradores frente às inúmeras violências de Zé Dico e seus jagunços. Seu plano de “execução revolucionária”, contudo, parece não ter angariado a simpatia da maioria das famílias

da Fazenda Bandeirante. Foram poucos, e talvez os mais afeitos à vingança pessoal, os lavradores que aceitaram participar da contenda proposta pelo comunista. Como previam os manuais de guerrilha da época, terminada a ação, o militante fora embora, buscando outras oportunidades de fazer justiça com as próprias mãos, não obstante os ônus do episódio tenham recaído exclusivamente sobre as famílias de posseiros do Rio Paraná. Como vimos, é bastante provável que o pequeno grupo de lavradores tenha atuado mais em função dos descontentamentos pessoais do que, propriamente, por concordarem com os preceitos revolucionários da ALN.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Gilney Viana, analisando os processos de guerrilheiros que tramitaram no Superior Tribunal Militar, aponta a passagem de aproximadamente 14.481 pessoas envolvidas com as esquerdas armadas, dentre denunciados, indiciados e condenados, dos quais apenas 660 teriam origem rural, aproximadamente 4% do total (VIANA, 2014). Pode-se alegar, com certa margem de razão, que a ausência quase completa dos direitos de cidadania no campo possa ter servido para esconder os inúmeros casos de perseguição, direta ou indireta, de lavradores e lideranças rurais ligados às esquerdas, de modo que muitos deles nem chegaram a ser contabilizados pelos poucos registros oficiais do período disponíveis atualmente.

Para Marcelo Ridenti, as ações armadas tinha origem no “movimento urbano, composto, sobretudo, por camadas sociais intelectualizadas”, que assumiam, no nível dos discursos, ter o campo como cenário principal da revolução brasileira (RIDENTI, 2010, p.236). Como vimos, os casos ribeirão-pretanos contaram com forte protagonismo de lavradores e antigas lideranças rurais, que chegaram a assumir posição de destaque dentro das organizações. Histórias como essas, da vida política cotidiana das organizações da esquerda armada, principalmente daquelas que se deram no campo, a partir de agrupamentos de trabalhadores rurais já organizados quando do golpe de 1964, de modo geral, ainda deverão ser contadas.

Com a crise do modelo pacífico e institucional de atuação do PCB, parece ter sido comum que agrupamentos comunistas dissidentes buscassem em modelos vitoriosos de outros países as fontes de inspiração para o caso brasileiro. Aqui, as experiências cubanas, vietnamitas e

argelinas serviram de inspiração e animaram diversas ações em muitos rincões do país. Contudo, como observamos, ao chegarem ao campo, as vanguardas armadas se deparavam com inúmeras dificuldades. De um lado, lideranças já bastante experientes, muitas já acostumadas com visões mais radicalizadas de luta política, tais como Irineu de Moraes e Patrocínio Henrique dos Santos. De outro, os próprios lavradores e trabalhadores rurais, homens e mulheres comuns que, muito embora reconhecessem os inúmeros mecanismos de exploração e opressão que os submetiam, dificilmente assumiam os postulados “revolucionários” de seus interlocutores. Os lavradores ribeirão-pretanos arregimentados pelo ex-sindicalista rural Mário Bugliani são um belo exemplo. Não só reconheciam a exploração e a necessidade de “dias melhores” para as populações do campo, como também aceitaram as tarefas “revolucionárias” que lhes foram dadas. Contudo, manifestaram “medo” na primeira e na segunda oportunidade de detonar os explosivos, talvez em razão de algum código moral ou, quem sabe, por algum fraquejo qualquer que pode acometer executores de atos mais radicalizados.

O caso de Presidente Epitácio também aponta traços da cultura política camponesa da época e algumas nuances da transformação pelas quais as áreas rurais brasileiras vivenciavam. As 150 famílias da Fazenda Bandeirantes que não pactuaram com a proposta do militante da ALN, não só já tinham clareza em relação aos “seus direitos” - muitos deles já assegurados pelo Estatuto do Trabalhador Rural (de 1963) e pelo Estatuto da Terra (editado pelo governo do General Humberto Castelo Branco, 1964), como também já buscavam, principalmente através da Justiça, o atendimento de suas demandas.

Apesar de interpretadas pela esquerda revolucionária como “traços do feudalismo”, as relações de trabalho no campo brasileiro, já há algum tempo, passavam a ser reguladas por critérios modernos. As lutas camponesas feitas durante toda a década de 1950-60, já havia consagrado leis que regulavam especificidades das relações de trabalho no campo. Os “direitos” não só eram reconhecidos como reivindicados recorrentemente por centenas de lavradores todos os anos. Não bastasse a necessidade de contratualizar a relação de trabalho com o fazendeiro (por si só uma novidade, ao pressupor direitos e deveres de ambas as partes), os lavradores, ao descobrirem que a escritura de seu empregador era fraudulenta, não hesitaram em apelar à justiça e demandar pela efetivação daquilo que consideravam como legítimo,

no caso o usucapião das terras. Foram eles que dedicaram seu precioso tempo e suor desmatando as matas, erguendo lotes e plantações nas vastas e férteis planícies da barranca do Rio Paraná. As “leis” e os “direitos”, gradualmente passaram a subverter o mandonismo típico – e unilateral – dos grandes senhores rurais do interior do país. As relações sociais no campo continham traços novos que escapavam ao olhar revolucionário dos guerrilheiros. Era como se do ponto de vista das resistências, houvesse dois caminhos sendo trilhados, um pelos guerrilheiros e agrupamentos de esquerda, e outro pelas massas rurais.

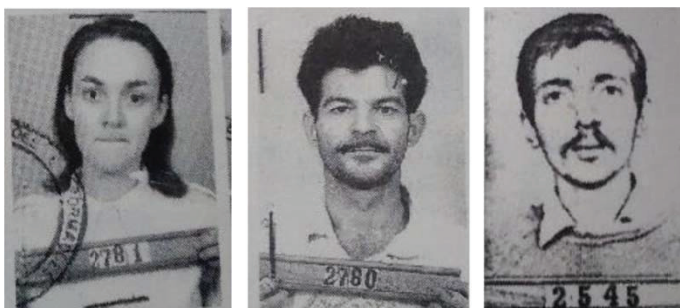
Mesmo com o golpe militar e com a dura repressão que se abateu sobre o campo brasileiro, emergia na mentalidade da população rural paulista não só uma linguagem de direitos, como também um código recíproco de obrigações, que deveria ser cumprido por ela, como também (e especialmente) por seus empregadores. Uma vez identificada uma situação que feria seus “direitos”, os lavradores aceitavam romper as relações tradicionais, encaminhando suas demandas, preferencialmente para os canais institucionais de resolução do Estado. E este era visto como um mediador necessário, visão recorrente ainda hoje para parte expressiva dos movimentos sociais rurais.

No caso da Fazenda Bandeirantes, ao tomarem conhecimento da manobra de Zé Dico, os lavradores prontamente romperam com os contratos de arrendamento. Rompiam-se ali as obrigações dos lavradores para com o pretense proprietário. Cientes que a terra era deles, já que a “lei” lhes dava esse “direito”, os lavradores de Presidente Epitácio não hesitaram em entrar nas fileiras da justiça e a reivindicarem para a si a propriedade das terras nas barrancas do Rio Paraná. Crescia entre os camponeses de São Paulo aquilo que Clifford Welch (2009, p.150) chamou de “critérios modernos” de regulação das relações de trabalho e de convivência.

Perseguindo seus direitos, os lavradores não só acionaram a justiça como também chegaram a encaminhar ao próprio secretário de agricultura suas demandas e reivindicações. Até aquele momento, o militante comunista Gaúcho era mais um parceiro, disposto a auxiliá-los na árdua tarefa de garantir a posse das famílias nas terras em que dedicaram seu tempo e trabalho. Ao descobrirem as verdadeiras intenções do “guerrilheiro”, não é de se espantar que lavradores como Manoel e tantos outros tenham destacado o lugar da violência no código moral camponês daquele período. Ao descobrirem as ações de Zé Dico, os

lavradores acharam legítimo romper o contrato e encaminhar suas queixas para mediação do Estado através da justiça. Por outro lado, como vimos, não tolerariam participar de qualquer ato considerado “violento”, muito embora fossem alvo de diversos tipos de violência. E no processo de ida dos grupos de esquerda rumo à “guerrilha rural”, parece ter escapado aos militantes a constatação de que haviam mudanças em curso nos princípios gerais que orientavam as relações sócias entre patrões e lavradores.

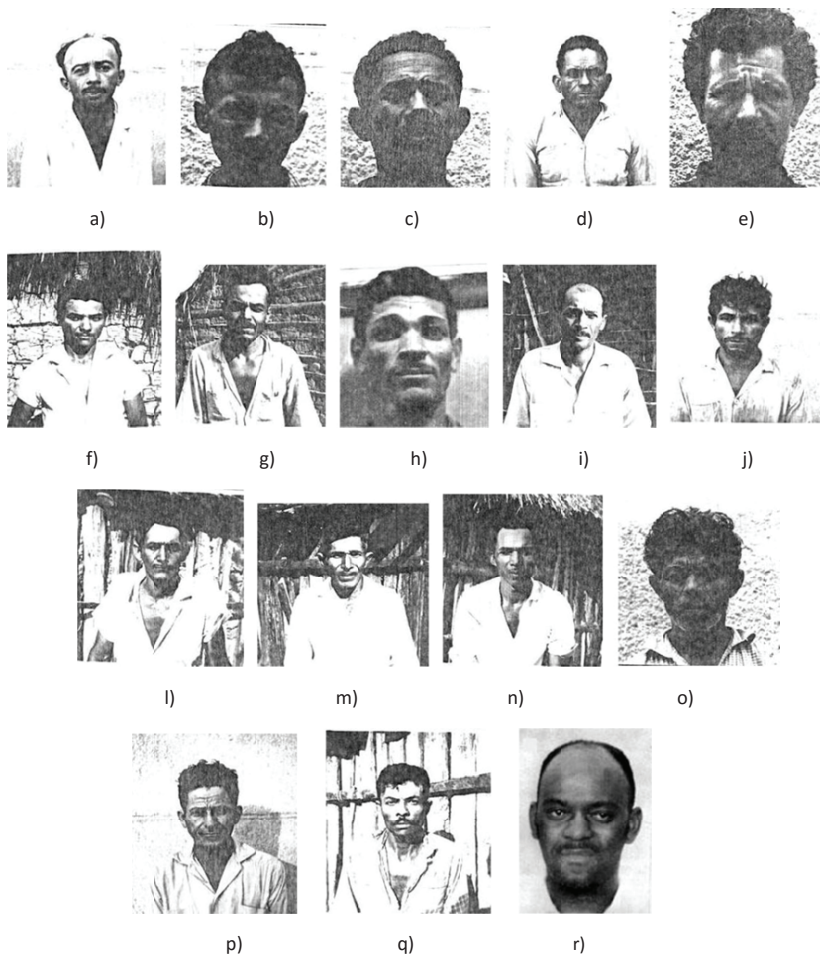
ANEXO I – Membros da FALN e exemplar d’O Berro.



a) Áurea Moretti; b) Mário Bugliani (“Capitão Bugliani”); c) Vanderley Caixe



ANEXO II – Alguns lavradores envolvidos no “caso Zé Dico”, Presidente Epitácio.



a) Antônio José de Jesus (“Antonio Gatinho”); b) Antonio Menezes; c) Arlindo Crente; d) Francisco Alexandre (“Chiquinho”); e) Gersino Gomes de Moraes; f) Gerson Paes Lira; g) José Assis Moreno (“Zé Moreno”); h) José Pereira da Silva (“Zé Pernambuco”); i) Manoel Domingos de Souza (“Manoel Cearense”); j) Manoel Neris; l) Pedro Lourenço; m) Pedro Menezes; n) Raimundo Domingos de Souza (“Raimundo Cearense”); o) Sebastião Gregório da Silva (“Sebastião Baixinho”); p) Sebastião Tavares de Almeida; q) José Arcelino da Silva (“Zé Alagoano”); r) Edmur Péricles de Camargo (Gaúcho).

Fonte: prontuários do inquérito policial (BNM, 173).

REFERÊNCIAS

BOTOSSO, Marcelo. **A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária.** Dissertação (Mestrado em História). Unesp-Franca, 2001.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHARES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986.** 2ª edição. São Paulo: Global, 1987.

PAULINO, Leopoldo. **Tempo de resistência.** 5ª edição. São Paulo: Editora COC empreendimentos Culturais, 2004.

PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. Virgílio Gomes da Silva. **De retirante a guerrilheiro.** São Paulo: Plena Editorial, 2009.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Lyndolpho. **O Camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva.** CUNHA, Paulo Ribeiro da (Org.). São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.

VIANA, Gilney. **Camponeses atingidos por processos na Justiça Militar e o acesso aos direitos da Justiça de Transição.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2014.

WELCH, Clifford Andrew. **The Seed was planted: The São Paulo roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964.** University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1999.

WELCH, Clifford Andrew; GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luis de Moraes.** 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WELCH, Clifford Andrew. Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996). In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. V 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, NEAD, 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Primórdios de uma contenda**. 26/09/1967, p.19.

Acervos Consultados

Acervo Brasil Nunca Mais (BNM) Digital. Disponível em <www.bnmdigital.mpf.mp.br/> Acesso: entre fevereiro e junho, 2015.